



Cimeira França África

Cerca de 40 chefes de Estado e de Governo africanos participam, em Junho, na XXV Cimeira França - África, que decorreu em França. [Pag 2](#)

África e o Cumprimento dos ODM

Segundo o relatório de 2010 da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Continente terá um crescimento médio de 4,3% em 2010, uma forte aceleração face aos 1,6% registados em 2009. [Pag 3/4](#)

Encontro Empresários da Lusofonia e da China

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em colaboração com o Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China (CCPIT) e o Instituto de Promoção do Comércio e de Investimento de Macau (IPIM), promoveram, em Junho, o VI Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. [Pag 4](#)

Agências de Rating classificam Angola

As três agências de notação financeira atribuíram, em Maio, pela primeira vez uma classificação para Angola. Após um longo processo que teve início em 2009, Angola obteve da Standard & Poor's um B+ para o longo prazo e um B para o curto prazo, sendo a classificação da Fitch semelhante para o longo prazo e um outlook positivo, optando a Moody's por um rating inferior, B1 "not-prime". [Pag 5](#)

PALOP Retomam Crescimento Económico

Os países lusófonos de África resistiram à crise global, mesmo os mais frágeis, como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, mas carecem todos de reformas urgentes para estimularem as suas economias. [Pag 5/6](#)

ONU Apoia Projectos Agrícolas em Moçambique

Moçambique recebeu 204 milhões de euros do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para implementação de dez projectos agrícolas, pesqueiros e de finanças rurais ao longo dos próximos 28 anos, o equivalente a 9% do financiamento concedido a África. [Pag 6](#)

Cabo Verde acolheu I Cimeira CEDEAO/Brasil

A ilha cabo-verdiana do Sal acolheu, em Julho, a I Cimeira entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Brasil, a qual contou com a presença do Presidente brasileiro, Lula da Silva, além dos Chefes de Estado ou de Governo dos 15 estados membros desta organização africana. [Pag 7](#)

Cimeira de Cooperação Portugal Cabo Verde

A I Cimeira de Cooperação Luso-Cabo-Verdiana realizou-se em Junho em Lisboa, tendo como pano de fundo a criação de uma nova era no relacionamento bilateral, consubstanciada num novo tratado que põe fim ao assinado em 1975. [Pag 7/8](#)

Prémio Mo Ibrahim volta a não ser atribuído

Pelo segundo consecutivo, o Prémio Mo Ibrahim para o Sucesso na Liderança Africana, no valor de cinco milhões de dólares, voltou a não ser atribuído. [Pag 9](#)

Consórcios Seleccionados para Exploração Petrolífera em Moçambique

Seis consórcios e companhias petrolíferas internacionais foram seleccionados, em Junho, no âmbito de um concurso internacional lançado pelo governo moçambicano para a adjudicação de áreas de pesquisa de petróleo e gás. [Pag 9](#)

Prémio África Empreendedorismo

Pelo terceiro ano consecutivo, a Legatum, um grupo de investimento privado internacional, e a Omidyar Network, uma empresa de investimentos filantrópica, anunciaram, em Julho, o lançamento dos prémios Legatum Africa para Empreendedorismo 2010, um dos prémios empresariais mais prestigiados do continente. [Pag 10](#)

Presidente Português visita Angola

O Presidente português Cavaco Silva realizou, entre os dias 18 e 24 de Julho, uma visita oficial a Angola. [Pag 11/12](#)

Cimeira França África

■ Luís Castelo Branco

Cerca de 40 chefes de Estado e de Governo africanos participam, em Junho, na XXV Cimeira França - África, que decorreu em França. A Cimeira de Nice, foi co-presidida pelos Presidentes francês e egípcio, Nicolas Sarkozy e Hosni Mubarak. Entre as questões da agenda desta Cimeira destacaram-se a posição de África na governação mundial, nomeadamente a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e uma melhor associação de África aos trabalhos do G-8 e do G-20, o reforço da paz e segurança, bem como o clima e o desenvolvimento.

O Presidente Sarkozy tentou melhorar o relacionamento com os países africanos passando a defender as pretensões destes. Neste sentido, comprometeu-se a argumentar a favor das intenções africanas de terem uma maior representatividade nos principais órgãos das organizações internacionais, nomeadamente no Conselho de Segurança da ONU. Sarkozy concorda com a pretensão de África vir a ter dois lugares permanentes com direito de veto no Conselho de Segurança, embora provavelmente possam vir aceitar um lugar.

O governo francês pretendeu aproveitar a realização desta Cimeira para promover uma nova imagem no relacionamento com os países africanos. Prova destes novos tempos, foi o facto do Presidente Sarkozy ter dispensado o tradicional jantar inicial com os representantes das ex-colónias e ter convidado todos os países presentes.

Durante muito tempo, as relações francesas com o continente africano, especialmente com as suas antigas colónias, foram marcadas por algum secretismo e envolvidas numa lógica neo-colonial. Este modo de actuar, conhecido pela visão da Franceafrique, assentava muito no apoio militar e político a regimes cuja actuação, no capítulo dos direitos humanos, nem sempre era o mais correcto.

Uma das grandes novidades da nova política africana da França será a diminuição da sua presença militar no Continente. Assim, das actuais bases militares francesas existentes, em Dakar (Senegal), Djamena (Chade), Djibuti, Abidjan (Costa do Marfim) e Libreville (Gabão), apenas duas se deverão manter abertas.

Esta Cimeira ficou marcada também pela tentativa de Paris de criar um relacionamento baseado numa interligação entre o poder político francês e mundo empresarial, com vista a assegurar não só mercados para os produtos franceses, como também o acesso a matérias-primas africanas. Se, no passado, a influência política era suficiente para garantir à França o acesso privilegiado a essas matérias primas,

na actualidade, os interesses de Paris têm que competir não só com os seus concorrentes tradicionais, a GB, EUA e Rússia, como também com as políticas cada vez mais atraentes de países como a China, Índia ou Brasil.

A França pretende reforçar a sua presença no continente africano utilizado igualmente os fundos canalizados para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), ambicionando atingir os 10 mil milhões de euros nos próximos 5 anos. Também a língua francesa será um instrumento de intervenção, não só nos países francófonos, como também, e cada vez mais, nos países africanos lusófonos e anglófonos. Nesse sentido, a política de bolsas de estudo para estudantes africanos será reforçada, prevendo-se que sejam ultrapassados os 100 mil alunos africanos a estudarem em França.

A Cimeira contou com a presença de tradicionais aliados africanos de Paris, como os Camarões, Gabão e Congo, assim como os dirigentes de potências regionais como a Nigéria e África do Sul e os representantes da União Africana e União Europeia.

Mas também houve ausências de peso, nomeadamente a do Presidente da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, que desde 2002 boicota este tipo de encontros devido às más relações que mantém com Paris. Angola, Líbia, Marrocos e República Democrática do Congo também declinaram o convite recebido.

A questão dos convites não foi totalmente pacífica entre os participantes. O Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, criticou a decisão dos líderes das Juntas Militares da Guiné Conacry e do Níger terem sido convidados a participar na Cimeira. Por outro lado, Madagáscar, ainda envolvido numa crise política, não foi convidado a participar e o Zimbabwe rejeitou o convite devido a objecção francesa de aceitar a presença do Presidente Robert Mugabe.



África e o Cumprimento dos ODM

Segundo o relatório de 2010 da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Continente terá um crescimento médio de 4,3% em 2010, uma forte aceleração face aos 1,6% registados em 2009. Apesar deste crescimento, a UNECA afirma que a retoma é frágil e insuficiente para se alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

A incerteza face aos cenários internos e externos, leva a UNECA a apontar para um intervalo de crescimento de entre 3,6% e 5%. A recuperação está a ser incentivada pelo aumento na procura de matérias-primas africanas, nomeadamente os minérios e o petróleo, mas também devido ao investimento estrangeiro, particularmente em infra-estruturas, mineração e indústria.

A procura interna deverá ser estimulada pelo aumento do nível de remessas da diáspora africana nos países desenvolvidos, bem como pelos pacotes de estímulo económico postos em prática por muitos governos africanos.

Angola, com um crescimento previsto de 9,3%, está entre o grupo de quatro países que deverá registar um crescimento superior a 7%, que inclui também República do Congo, a Etiópia e o Uganda.

A expansão em Angola e no Congo deve-se, segundo a UNECA, à maior produção petrolífera e crescimento robusto dos sectores não-petrolíferos, particularmente na construção e agricultura, apoiados por grandes investimentos em infra-estruturas públicas.

No ano passado, foram apenas dois os países que cresceram acima da marca dos 7%, que é considerada necessária ao alcance do objectivo de redução da pobreza nos países africanos até 2015.

Segundo a UNECA, os países da costa oriental africana registarão o mais elevado nível de crescimento conjunto - 5,3% -, seguidos pelos os da costa ocidental - 4,7% - norte e África Austral - 4,1%. A África Central será a região que registará a menor taxa de crescimento, 3,8%.

Como principais obstáculos ao crescimento económico apontados pela UNECA surgem as fraquezas estruturais das economias do Continente, sobretudo a dependência da exportação de bens primários e produtos de baixo valor acrescentado que

estão mais sujeitos a flutuações de preços. Outro risco é o impacto das alterações climáticas, que no pior dos cenários poderão significar uma quebra de 50% na produção agrícola do continente, segundo o relatório, pondo em causa a segurança alimentar de muitos africanos.

O relatório recomenda políticas macroeconómicas prudentes e ainda que o desenvolvimento social e a igualdade de género sejam colocadas no topo das suas políticas, para que sejam alcançados os ODM e outras metas sociais. Apesar de ser claro que a totalidade dos ODM não serão alcançados, a verdade é que, conforme o país, há melhorias assinaláveis.

A maioria dos países africanos está perto de alcançar a educação primária universal, e a paridade de género no acesso ao ensino em 2015. Muitos reduziram a mortalidade infantil, inferior a 5 anos, em percentagens consideráveis. Aumento consideravelmente número de vacinações, o que permitiu reduzir o número de casos de doenças curáveis. Mesmo a taxa de contaminação do vírus do HIV-SIDA diminuiu bastante.

Apesar destas melhorias, a crise internacional aliadas os problemas registados com o abastecimento alimentar e energético, são ameaças reais à melhoria dos ODM e à consolidação dos resultados até agora alcançados. Neste contexto, a África Subsaariana é das regiões do mundo onde as melhorias têm sido menos assinaláveis.

Demasiadas pessoas continuam a morrer de malária e doenças relacionadas com o vírus HIV-SIDA. A falta de nutrição adequada é um problema grave em muitos países, o número de crianças desnutridas na África Subsaariana passou de crianças de 29 a 37 milhões entre 1990 e 2003, e 57 milhões sofrem de desnutrição em África. O acesso à água potável e saneamento básico também são motivo de séria preocupação em muitos países africanos. Na educação, há ainda 72 milhões de crianças fora da escola, 32 milhões delas na África Subsaariana, e milhões não completaram o ensino primário e / ou abandonam a escola sem ter aprendido a ler e habilidades básicas de aritmética.

Para garantir a prossecução dos ODM continua a ser essencial o apoio dos países desenvolvidos através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A União Europeia continua a ser o principal doador a nível mundial, concedendo 57% da ajuda mundial.

Porém, a crise que afecta os países europeus terá inevitavelmente repercussões nos montantes de ajuda concedida, com vários países a anunciarem a diminuição das suas contribuições, como foi já o caso da Espanha que reduziu em 600 MUSD a sua ajuda internacional.

A Ajuda internacional é essencial para que os países africanos possam alcançar os ODM. Em 2005, na Cimeira do G-8, que se realizou em Gleneagles, Escócia, os líderes das nações mais desenvolvidas comprometeram-se, até 2010, a desembolsar 63 mil milhões de USD anualmente para o apoio ao desenvolvimento. Porém, a crise internacional e outras prioridades explicam o não cumprimento desta promessa.

Encontro Empresários da Lusofonia e da China

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em colaboração com o Conselho de Promoção de Comércio Internacional da China (CCPIT) e o Instituto de Promoção do Comércio e de Investimento de Macau (IPIM), promoveram, em Junho, o VI Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Neste encontro estiveram presentes cerca de 250 empresas chinesas.

Empresários de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau e Timor-Leste ligados aos sectores do automóvel, indústria farmacêutica, turismo, energias renováveis, florestas, indústria portuária, industrial e logística estiveram reunidos em Lisboa com vista a um aprofundamento das relações com a China e o reforço da cooperação bilateral da lusofonia.

São Tomé e Príncipe não participou nesta iniciativa, uma vez que mantém relações diplomáticas com Taiwan, o qual é um dos seus principais parceiros.

O encontro, o qual se enquadrou no protocolo de cooperação entre os organismos de promoção comercial/câmaras de comércio, assinado em Macau em 2003, foi este ano promovido

pela AICEP em conjunto com o CCPIT e do IPIM, depois de em 2009 ter tido lugar no Rio de Janeiro.

Desde a primeira edição, em 2005, a iniciativa já reuniu mais de 2.000 empresas da China e da lusofonia e proporcionou a realização de 1.300 bolsas de negócio e a assinatura de 60 contratos, protocolos ou cartas de intenção em diversos sectores.

Aproveitando a realização do encontro empresarial em Portugal, Macau e a província chinesa de Guangdong voltaram a organizar, à semelhança do que fizeram em 2009 no Brasil, acções de promoção conjunta no Porto, e em Madrid, para captarem parceiros para projectos na região do Delta do Rio das Pérolas e buscar novas oportunidades de negócio.

Aos investidores portugueses e espanhóis, os empresários de Macau e de Guangdong apresentaram mais de uma centena de projectos que integram o plano de desenvolvimento do Delta do Rio das Pérolas, que Pequim pretende transformar num dos blocos económicos mais competitivos da Ásia Pacífico até 2020, e, por sua vez, foram dadas as conhecer aos empresários chineses as oportunidades de negócio na Península Ibérica.

O comércio entre a China e a lusofonia aumentou 93,82% no primeiro trimestre para 13.082 milhões de euros face a igual período de 2009, ano em que caíram 19% 45 mil milhões de euros, como efeito da crise económica mundial.

Portugal, o terceiro parceiro lusófono do gigante asiático, foi o único que conseguiu em 2009 aumentar as exportações para a China, em cerca de 24% para 340,5 milhões de euros, com apostas nos vinhos, cortiça, pasta de papel, mármore, componentes automóveis, materiais de construção, minérios e petroquímicos.



Agências de Rating classificam Angola

As três agências de notação financeira atribuíram, em Maio, pela primeira vez uma classificação para Angola.

Após um longo processo que teve início em 2009, Angola obteve da Standard & Poor's um B+ para o longo prazo e um B para o curto prazo, sendo a classificação da Fitch semelhante para o longo prazo e um outlook positivo, optando a Moody's por um rating inferior, B1 "not-prime".

O Ministro da Economia angolano, Manuel Nunes Junior, considerou estas classificações como muito positivas, devendo-se as mesmas ao bom desempenho da economia do país.

Segundo o Ministro da Economia, as três agências de rating apresentaram uma perspectiva positiva da economia angolana e do país pode, em muito pouco tempo, chegar a níveis superiores de classificação, o que significa de forma clara uma perspectiva positiva para o futuro desempenho económico de Angola.

Este processo de integração do país nas classificações de rating das três agências teve início em 2009 quando Luanda anunciou a intenção de contrair um empréstimo obrigacionista de quatro mil milhões de dólares, após a queda abrupta do preço do petróleo.

Foi nesse cenário que surgiu a informação de que tinha sido dado o início ao processo que agora foi concluído, sendo que, no princípio, era aguardada apenas a notação de uma das agências.

PALOP Retomam Crescimento Económico

Os países lusófonos de África resistiram à crise global, mesmo os mais frágeis, como a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, mas carecem todos de reformas urgentes para estimularem as suas economias.

O diagnóstico foi feito, em Maio, em Abidjan, pelas organizações Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Comissão Económica para África da ONU, no seu tradicional relatório anual Perspectivas Económicas Africanas¹.

A estimativa para 2010 é a da retoma do crescimento económico para os países lusófonos de África, todos eles registando níveis acima dos alcançados em 2009: Angola, 7,4%; Cabo Verde, 5,1%; Guiné-Bissau, 3,4%; Moçambique, 5,1%, e São Tomé e Príncipe 4,6%.

De acordo com estes valores todos os países africanos lusófonos, à excepção da Guiné-Bissau, crescerão acima da média prevista para o continente, 4,5%. A todos os PALOP é, no entanto, recomendado que procedam a reformas estruturais de forma a poderem enfrentar não só futuras crises, como também reestruturarem os seus sectores estatais.

No caso de Angola o crescimento irregular do produto interno bruto (PIB) entre 2008 e 2010 mostrou que, apesar do crescimento promovido pelas actividades não petrolíferas, a economia angolana continua muito dependente dos mercados mundiais do petróleo. Angola foi profundamente atingida pelo colapso dos preços do petróleo em 2009. O seu crescimento económico estagnou quando, antes da crise global, registava um dos crescimentos mais elevados do mundo. No final de 2009, devido à crise, o governo angolano solicitou a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual injectou 1.4 mil milhões de USD através do stand by arrangement destinados a apoiar a balança de pagamentos de Angola.

A economia de Cabo Verde também sofreu com os efeitos da crise mundial, com o ritmo do crescimento do PIB a cair para 3,9% em 2009, contra 5,9% em 2008. O crescimento abrandou devido ao declínio do turismo, da construção e do investimento directo estrangeiro (IDE). No entanto, no final de 2009, o turismo e a construção começaram a crescer e os fluxos de IDE estabilizaram. As remessas de trabalhadores emigrantes permaneceram praticamente constantes, subindo mesmo para 1,7% em 2009.

No caso de Moçambique, é feita uma exigência que já tem sido referida em anos anteriores, ou seja, que flexibilize as suas leis laborais e de uso da terra; à Guiné-Bissau e a São Tomé e Príncipe pede-se-lhes estabilidade e empenho políticos; a Cabo

Notas:
¹ Perspectivas Económicas em África 2010
<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/>

ONU Apoia Projectos Agrícolas em Moçambique

Verde que invista nas infra-estruturas e a Angola que promova o relaxamento do controlo político e económico por parte do Governo central.

O crescimento na Guiné-Bissau registou um abrandamento para 2,9% em 2009, contra os 3,3% de 2008, fruto da instabilidade política interna, a qual provocou atrasos na chegada das ajudas externas prometidas. O país não sofreu muito com a crise global, devido ao facto de estar escassamente integrada na economia global, embora a crise tenha prejudicado as receitas públicas, as exportações e as remessas dos seus emigrantes.

Moçambique enfrentou relativamente bem a crise financeira global, o que lhe permitiu manter um crescimento forte. A limitada exposição do sistema bancário do país aos mercados financeiros internacionais minimizou o impacto directo da crise mundial. As medidas de apoio governamental, como o subsídio aos combustíveis, ajudaram à manutenção do crescimento da economia do país.

A crise financeira mundial afectou São Tomé e Príncipe devido à diminuição do número de turistas, no decréscimo das entradas de IDE e nos atrasos dos desembolsos dos donativos. Estes factores explicam o decréscimo das receitas públicas, as quais já tinham sido prejudicadas pela baixa das taxas de impostos. Como consequência disto, a execução dos projectos de investimento público sofreu uma redução.

Grande dependência da ajuda externa, no caso de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, altas taxas de pobreza, em todos os países excepto em Cabo Verde, prevalência da corrupção, das doenças endémicas, da baixa escolaridade, da fraca formação e da insuficiente cobrança fiscal, são comuns aos cinco.

Moçambique recebeu 204 milhões de euros do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para implementação de dez projectos agrícolas, pesqueiros e de finanças rurais ao longo dos próximos 28 anos, o equivalente a 9% do financiamento concedido a África.

O financiamento do FIDA, agência das Nações Unidas, a Moçambique representa também 1,7% do total gasto pelo organismo a nível mundial.

Este apoio é estratégico para Moçambique, uma vez que o próprio Plano Quinquenal do Governo de Maputo para 2010 – 2014 considera o sector da agricultura, que ocupa mais de metade dos cerca de 20 milhões de habitantes de Moçambique, a base da economia do país.

A agricultura continua a ser a actividade base para o desenvolvimento da economia moçambicana, oferecendo um potencial elevado para o combate à pobreza. O objectivo do governo de Maputo continua a ser a transformação estrutural, visando progredir de uma agricultura de subsistência para um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável e para a melhoria da sua contribuição no crescimento do Produto Interno Bruto.

O principal desafio do Governo Moçambicano nesta área visa garantir a segurança alimentar. Para além deste desafio prioritário, existem um conjunto de objectivos estratégicos que se pretendem alcançar ao longo dos próximos 5 anos:

- Garantir o aumento da produção e da segurança alimentar no País;
- Elevar a produtividade das actividades agrícolas e de toda a sua cadeia de valor;
- Incentivar o aumento da produção agrária orientada para o mercado;
- Promover o uso sustentável das terras, florestas e fauna;
- Desenvolver o capital humano e a capacidade institucional do sector agrário.

Nós próximos anos, as autoridades moçambicanas irão apostar nestas duas áreas financiadas pela ONU, visando aumentar os actuais níveis de produtividade, que continuam muito inferiores devido à baixa utilização de máquinas agrícolas, insuficiente cobertura dos serviços de extensão e baixos níveis de alfabetização junto às comunidades.

Cabo Verde acolheu I Cimeira CEDEAO/Brasil

A ilha cabo-verdiana do Sal acolheu, em Julho, a I Cimeira entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o Brasil, a qual contou com a presença do Presidente brasileiro, Lula da Silva, além dos Chefes de Estado ou de Governo dos 15 estados membros desta organização africana. Além de Cabo Verde, a CEDEAO, criada a 28 de Maio de 1975, é composta pelo Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacry, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

O grande objectivo desta cimeira foi o de promover o diálogo político estratégico entre o Brasil e os parceiros africanos da região com vista a aprofundar as relações políticas e económicas entre as duas partes. Este objectivo é mais uma acção na estratégia brasileira de ganhar parceiros económicos e áreas de influência em África.

Uma das intenções do Presidente Lula da Silva é a de passar aos países da CEDEAO as experiências brasileiras bem-sucedidas, nomeadamente no combate à fome e à pobreza. O Governo brasileiro destacou que, até agora, o Brasil foi, além da Espanha, o único convidado pela CEDEAO para participar numa cimeira da comunidade com outro país especificamente.

A realização da cimeira entre a CEDEAO e o Brasil foi anunciada a 19 de Fevereiro último pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, José Brito, que adiantou nessa altura, que tinha sido Cabo Verde quem propôs a reunião.

Na ocasião, José Brito sublinhou que o objectivo da Cimeira foi o de alargar as bases comerciais entre os países sul-americanos e oeste-africanos. Segundo o chefe da diplomacia cabo-verdiana, há uma grande necessidade de se reforçarem as relações comerciais entre a América do Sul e a África Ocidental, sendo a cimeira um elemento essencial para as consolidar.

O comércio do Brasil com os 13 países da CEDEAO quintuplicou entre 2002 e 2008. As trocas comerciais passaram de 1.800 mil milhões de dólares em 2002 para 9.200 milhões em 2008, mas os valores ainda são baixos se comparados com o comércio que o Brasil mantém com outras regiões e tem, portanto, potencial para crescer mais.

Em 2009, com a crise internacional, a balança comercial do Brasil com a CEDEAO caiu para 6.700 milhões de dólares (3.000 milhões de euros).

O único país da CEDEAO que tem um comércio significativo com o Brasil é a Nigéria. Em 2008 as trocas entre os dois países registaram 8.200 milhões de dólares, caindo para 5.800 mil em 2009.

O Governo brasileiro acredita que a cimeira CEDEAO-Brasil criou oportunidades para a cooperação para o desenvolvimento, investimentos e financiamento de projectos nas áreas agro-alimentares, infra-estruturas, energias renováveis e no turismo.

Cimeira de Cooperação Portugal Cabo Verde

A I Cimeira de Cooperação Luso-Cabo-Verdiana realizou-se em Junho em Lisboa, tendo como pano de fundo a criação de uma nova era no relacionamento bilateral, consubstanciada num novo tratado que põe fim ao assinado em 1975.

Esta cimeira bilateral, que passará a realiza-se alternadamente em Portugal e Cabo Verde de dois em dois anos, foi co-presidida pelos Primeiros-Ministros português, José Sócrates, e cabo-verdiano, José Maria Neves.

A cimeira, cuja institucionalização tinha sido prometida em Março de 2009 durante a visita de José Sócrates a Cabo Verde, permitiu a assinatura de novos acordos que contemplam já as novas vertentes das relações bilaterais, deixando de lado a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e passando a vigorar as parcerias público-privadas.

Os acordos assinados privilegiam as áreas das novas tecnologias de informação e comunicação, energias renováveis e apoio ao financiamento da construção de infra-estruturas, bem como defesa e segurança, habitação e a educação, nomeadamente o ensino superior.



Paralelamente, foram assinados cinco protocolos de cooperação, três deles ligados à promoção da Língua Portuguesa e dois na área das Finanças. Estas duas áreas foram alvo de especial atenção por parte dos governos dos dois países. No capítulo da língua portuguesa, também foi assinada a adenda ao protocolo de cooperação entre o Instituto Camões e a Universidade de Cabo Verde, para manutenção, nesta universidade, do Centro de Língua Portuguesa/Instituto Camões.

Os Ministérios das Finanças dos dois países também firmaram um protocolo de cooperação em matéria de assistência mútua. Foram ainda assinados ainda um protocolo de cooperação técnica entre a comissão de normalização contabilística de Portugal e a comissão nacional de normalização contabilística de Cabo Verde, e um protocolo de cooperação entre a Biblioteca Nacional de Portugal e o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde.

Além das relações bilaterais, o encontro serviu também para abordar a Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia (UE) e a inserção do arquipélago na Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias).

Em relação às trocas comerciais, de 2008 para 2009, verificou-se uma queda de 19% das importações portuguesas para Cabo Verde, enquanto que as exportações portuguesas, no mesmo período, diminuíram 13%.

Segundo o que os dados do Banco de Cabo Verde (BCV) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) português indicam, no entanto, no primeiro trimestre de 2010 já indicia uma tendência de subida, quer nas exportações, quer nas importações, quando comparado com o mesmo período de 2009.

Em 2008, Portugal exportou bens e serviços no montante de 257,5 milhões de euros, valor que desceu para quase 222,9 milhões de euros em 2009. Quanto às importações portuguesas de Cabo Verde, desceram de 8,9 milhões de euros em 2008 para 7,2 milhões de euros no ano passado.

O saldo da balança comercial é favorável a Portugal, tendo o coeficiente de cobertura subido de 2873% para 3079%.

Nas exportações cabo-verdianas, Portugal, durante anos o principal parceiro de Cabo Verde, foi ultrapassado em 2009 pela Espanha como principal destino dos produtos do arquipélago, apesar de manter o primeiro lugar como fornecedor.

As quebras nas exportações e importações são justificadas pela crise económica internacional, estagnação do mercado imobiliário, pequena dimensão do mercado, a concorrência cada vez maior de um conjunto de países, como a Espanha, Brasil e China.

No entanto, as linhas de crédito disponibilizadas em 2009 por Portugal a Cabo Verde - 200 milhões de euros para a Habitação, 100 milhões de euros para as Energias Renováveis e o aumento de 100 para 200 milhões de euros para projectos de infra-estruturas - começaram já a dar frutos, prevendo-se a recuperação das exportações portuguesas para o arquipélago ao longo de 2010.

Os dois países realçaram a importância da criação do Centro Comum de Vistos, na Cidade da Praia, bem como o desenvolvimento e alargamento do projecto do Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO), centro de apoio à migração no país de origem, como oportunidades para o aprofundamento e renovação da cooperação entre os dois países.

No fim da cimeira, os dois chefes de Governo assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação. O novo Tratado prevê a intensificação da consulta e cooperação política entre Portugal e Cabo Verde sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse comum. O documento prevê ainda a dinamização do diálogo e concertação político-estratégica que passará a ser efectuado através de cimeiras bienais de chefes de Governo, reuniões anuais dos responsáveis pela política externa de ambos os Estados, visitas bilaterais e reuniões de consulta política entre altos funcionários dos respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros.



Prémio Mo Ibrahim volta a não ser atribuído

Pelo segundo consecutivo, o Prémio Mo Ibrahim para o Sucesso na Liderança Africana, no valor de cinco milhões de dólares, voltou a não ser atribuído.

O Prémio Ibrahim reconhece e premeia a excelência na liderança africana. O prémio é atribuído a um ex-Chefe de Estado de um governo africano eleito democraticamente, que tenha cumprido o seu mandato constitucionalmente definido e cessado funções nos últimos três anos. O Prémio Ibrahim consiste em 5 milhões de dólares, entregues ao longo de 10 anos e mais 200.000 dólares por ano, até ao fim da vida. Trata-se do maior prémio atribuído anualmente, em todo o mundo. A Fundação pondera conceder mais 200.000 dólares por ano, durante dez anos, para actividades de interesse público e boas causas que o vencedor deseje abraçar.

O vencedor do Prémio Ibrahim é escolhido por uma Comissão do Prémio independente, nomeada pela Direcção da Fundação, que avalia todos os líderes da África Subsariana elegíveis durante o seu exercício de governação e desempenho do seu país durante o mandato.

A organização do prémio, liderada pelo antigo secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan, decidiu não atribuir a distinção a nenhum Presidente ou Primeiro-Ministro em funções ou a um líder que tenha terminado funções recentemente, como ditam as regras do prémio.

Desde que o prémio foi instituído, em 2007, a distinção foi entregue em duas ocasiões apenas: na primeira edição, ao ex-chefe de estado moçambicano Joaquim Chissano, e ao ex-presidente do Botswana Festus Mogae.

Apesar de não distinguir nenhum líder em 2010, o magnata sudanês das telecomunicações que criou o prémio, Mo Ibrahim, afirmou que um índice de boa governação instituído pela sua fundação, sugere que se estão a verificar progressos.



Consórcios Seleccionados para Exploração Petrolífera em Moçambique

Seis consórcios e companhias petrolíferas internacionais foram seleccionados, em Junho, no âmbito de um concurso internacional lançado pelo governo moçambicano para a adjudicação de áreas de pesquisa de petróleo e gás.

Foram seleccionados um consórcio dos EUA e Maurícias, um consórcio de Angola e do Reino Unido, um consórcio australiano, uma companhia do Canadá, uma da Noruega e uma da África do Sul, segundo informações do Ministério dos Recursos Minerais de Moçambique.

No quadro deste processo competitivo seguir-se-á a avaliação das propostas com base nos critérios apresentados, os quais incluem a competência e capacidade técnica; robustez financeira, bem como saúde, segurança e meio ambiente, bem como os termos económicos oferecidos ao Estado moçambicano.

As companhias seleccionadas vão juntar-se a mais de dez multinacionais já envolvidas em operações de pesquisa de petróleo no centro e norte de Moçambique.

Apesar de até ao momento não haver resultados concludentes relativamente à existência de crude em território moçambicano, a existência de gás tem criado nas empresas petrolíferas a expectativa de que possa haver petróleo, devido à associação que se faz entre os dois hidrocarbonetos. De acordo com Instituto Nacional do Petróleo de Moçambique, os investimentos na prospecção de petróleo vão ultrapassar 550 milhões de euros até 2011, de acordo com as projecções apontadas nos contratos do Governo com as multinacionais petrolíferas.



Prémio África Empreendedorismo

Pelo terceiro ano consecutivo, a Legatum, um grupo de investimento privado internacional, e a Omidyar Network, uma empresa de investimentos filantropia, anunciaram, em Julho, o lançamento dos prémios Legatum Africa para Empreendedorismo 2010, um dos prémios empresariais mais prestigiados do continente.

A Legatum é um grupo privado de investimento internacional cujo objectivo principal é o investimento comercial, e que também aplica os conhecimentos dos seus investidores num envolvimento duradouro no desenvolvimento sustentável das comunidades em todo o Mundo. A Omidyar Network é uma empresa de investimento filantrópica dedicada a aproveitar a força dos mercados para criar oportunidades às pessoas para melhorar as suas vidas. Fundada em 2004 pelo fundador do eBay, Pierre Omidyar, e pela sua esposa Pam, a organização investe e ajuda as organizações de carácter inovador a catalisar mudanças económicas e sociais.

Até à data, a Omidyar Network comprometeu-se com mais de 370 milhões de dólares em empresas com fins lucrativos e organizações sem fins lucrativos que promovem o progresso económico e incentivam a participação individual em várias áreas de investimento, incluindo micro-finanças, direitos de propriedade, transparência governamental e meios de comunicação sociais.

O programa dos Prémios Legatum Africa reconhece e premeia os líderes de negócios Africanos que personalizam o espírito empreendedor e demonstram as qualidades necessárias para ter sucesso no mundo dos negócios – determinação, um compromisso com a excelência, inovação e rentabilidade.

O programa dos prémios Legatum Africa 2010 baseia-se nos concursos semelhantes de 2007 e 2008 e espera-se que apareçam 1.500 candidaturas de quinze países. Este ano, serão aceites candidaturas do Botswana, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Será concedido um total de 350.000 USD aos vencedores e os fundos dirigidos para o crescimento e reinvestimento nas suas empresas. Os vencedores serão seleccionados com base num processo de selecção rigoroso e transparente por um painel internacional de especialistas em negócios.



Presidente Português visita Angola

O Presidente português Cavaco Silva realizou, entre os dias 18 e 24 de Julho, uma visita oficial a Angola. As questões económicas dominaram a visita, tendo o Presidente português sido acompanhado nesta visita por uma centena de empresários lusos. Na agenda de trabalhos fizeram parte assuntos delicados, nomeadamente a demora na atribuição de vistos, o facto de alguns portugueses estarem a viajar com salvo-condutos devido ao facto dos seus passaportes estarem retidos no Serviço de Migração e Estrangeiros e a questão do atraso no pagamento a empresas portuguesas.

A questão da situação na Guiné-Bissau foi um outro tema prioritário nesta visita. Embora a questão viesse a ser retomada na Cimeira da CPLP, ambos os países anunciaram a sua disponibilidade para apoiarem a Guiné-Bissau no sentido de garantirem o pleno funcionamento das instituições democráticas e cessação das interferências das forças armadas na esfera política do Estado.

A visita do Presidente Cavaco Silva traduz o bom momento que as relações luso-angolanas atravessam, consubstanciada na consolidação das ligações comerciais. Do programa constaram ainda dois momentos emblemáticos no domínio empresarial e diplomático: a inauguração da Feira Internacional de Luanda (FILDA), o maior evento comercial com dimensão internacional em Angola, e onde a presença de empresas portuguesas (132 empresas) e brasileiras (47 empresas) foi muito numerosa. Nesta edição da FILDA, Portugal foi o país convidado especial, uma qualidade que é atribuída anualmente a um determinado estado, dos mais de 30 países representados neste evento e que representam cerca de 700 expositores. Esta distinção traduz não só a importância na manutenção da tradicional relação comercial entre os mercados dos dois países, bem como o reforço da relação bilateral com vistas a transforma-la no aumento progressivo do investimento industrial, em detrimento do fornecimento contínuo de produtos acabados.

Outro momento alto desta visita foi a transferência da presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para Luanda, que a exercerá nos próximos dois anos, coincidindo com a intenção da diplomacia angolana de reforçar o prestígio do país no campo externo.

No plano comercial, Angola continua a ser o primeiro parceiro comercial de Portugal fora da União Europeia e o quarto destino das exportações portuguesas a nível mundial, após a Espanha, Alemanha e França. Neste momento existem cerca de 3 mil empresas portuguesas a exportarem ou com investimentos para Angola, e 256 estão instaladas em Angola, o que motivou um aumento do valor das exportações de 803 milhões de euros em 2005, para 2,3 mil milhões em 2009.

Entre as expectativas resultantes da visita de José Eduardo dos Santos há um ano a Portugal, o destaque vai para a constituição de um banco de investimentos resultante da parceria entre a Caixa Geral de Depósitos e a empresa de combustíveis angolana Sonangol, com o capital social de mil milhões de dólares (cerca de 800 milhões de euros).

O objectivo é impulsionar o investimento português em Angola, apoiando o desenvolvimento de projectos de infra-estruturas, bem como de indústrias e empreendimentos agrícolas.

O Presidente português desafiou os empresários nacionais a investirem em Angola, não só nas províncias costeiras, como também no interior do país. Segundo Cavaco Silva, os empresários portugueses têm que olhar para Angola não só com base no potencial deste país, mas também como plataforma de entrada na região da África Austral. Por outro lado, apelou aos empresários angolanos a investirem em Portugal, que poderá ser a plataforma de entrada no mercado europeu.

Outro destaque foi para o reforço de instrumentos financeiros que sustentem a expansão das exportações portuguesas, ou seja, a criação de linhas de crédito. Foram duas: uma de cobertura de riscos de crédito à exportação de Portugal para Angola, que duplicou para mil milhões de euros, e uma segunda, de 500 milhões de euros. Em 2006, existia uma única linha de crédito, no valor de 100 milhões de euros.

Um outro assunto abordado ao longo da visita teve a ver com o Memorando no sector da Educação., que foi assinado há um ano por ocasião da visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Portugal. Este acordo previa o envio de 200 professores portugueses para as províncias angolanas do Cuanza Sul, Benguela, Namibe, Moxico e Cunene. Trata-se de levar à prática o anúncio feito durante a visita de trabalho que o Primeiro-Ministro português José Sócrates efectuou em Julho de 2008 a Angola.

Denominado Saber Mais, este é o primeiro projecto da Cooperação Portuguesa em Angola em que os custos são suportados a meias pelos dois estados, e assenta no envio de professores portugueses para formar docentes angolanos para o ensino secundário. A importância deste projecto radica ainda no facto de se tratar da primeira medida do Fundo para a Língua Portuguesa, em que Angola paga 47% dos 10 milhões de euros que envolve a sua execução, bem como a mesma proporção dos 2.500 euros pagos mensalmente a cada docente português.

Dificuldades logísticas do lado angolano, que se comprometeu a assegurar alojamento, resultaram em que apenas 20 professores

portugueses se encontrem actualmente em Angola, distribuídos pelas províncias de Benguela (8) e Namibe (12). Durante a visita de Cavaco Silva poderá ser anunciada a partida de mais professores portugueses, reforçando o grupo enviado para Benguela, agora com instalação no Lobito, e anda para as províncias da Huíla e do Lubango.

Um dos resultados desta visita foi a promessa angolana de pagar nos próximos meses a dívida contraída junto de Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas. Em relação às grandes empresas, o pagamento será feito em dois momentos ao longo de dois anos. Primeiro, serão pagos 40% e definido o reescalonamento para o pagamento do restante. Entre as grandes empresas destacam-se as construtoras portuguesas como a Mota-Engil, Edifer, Visabeira e Monte Adriano.

Uma das hipóteses para o pagamento da dívida poderá ser o recurso a títulos da dívida angolana. Uma outra hipótese foi adiantada pelo Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP), Rocha de Matos, o qual sugeriu um esquema semelhante ao utilizado com a Venezuela, para Angola saldar as suas dívidas com as empresas portuguesas. Portugal devia negociar a amortização da dívida de Angola às empresas nacionais tendo como contrapartida o fornecimento de bens como o petróleo. Esta solução é já utilizada pela China nas suas relações comerciais com Angola.

A resolução do problema da dívida é especialmente importante para as PME portuguesas, as quais estão cada vês mais presentes no mercado angolano. Segundo o Presidente da AICEP Portugal Global, Basílio Horta, existem em curso em Angola cerca de 600 projectos portugueses, a maioria dos quais está a ser desenvolvido por PME, fundamentalmente na área da metalurgia, metalomecânica e nos materiais de construção.

A visita do Presidente Português também serviu para o anúncio de novos grandes projectos portugueses em Angola. Logo no início da sua visita, o Cavaco Silva inaugurou uma fábrica de cerâmica, a Novicer, um investimento da Mota-Engil com um parceiro angolano na ordem dos 50 milhões de euros.

O grupo Pestana anunciou a sua intenção de construir um complexo turístico em Luanda, em conjunto com um grupo angolano, GBE, e outro brasileiro, Alphaville. Este investimento marca a entrada do Grupo Pestana em Angola. O objectivo é construir um empreendimento multiuso que se localizará na baixa da capital Angola e irá incluir um hotel de 5 estrelas, que se chamará Pestana Luanda Bay.

Por outro lado, a EDP e a SONANGOL assinaram um contrato destinado a construir a primeira central de ciclo combinado no Soyo. A central de ciclo combinado produz energia eléctrica a partir de gás natural, mediante uma ou várias turbinas. O contrato prevê ainda um projecto de electrificação de zonas rurais de Angola através do recurso a energias renováveis.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação, Lda.

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05